

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS NATURAIS
LICENCIATURA INTEGRADA EM BIOLOGIA E QUÍMICA**

BRUNO GOMES DA SILVA

**A TEORIA PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A REALIDADE
EM UMA ESCOLA BÁSICA DA CIDADE DE SANTARÉM**

**SANTARÉM-PA
2017**

BRUNO GOMES DA SILVA

**A TEORIA PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A REALIDADE
EM UMA ESCOLA BÁSICA DA CIDADE DE SANTARÉM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa Ciências Naturais para obtenção grau de Licenciado em Biologia e Química; Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação. Orientador Prof. Dr. Júlio Cesar Bastos Fernandes.

SANTARÉM-PA

2017

BRUNO GOMES DA SILVA

**A TEORIA PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A REALIDADE
EM UMA ESCOLA BÁSICA DA CIDADE DE SANTARÉM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa Ciências Naturais para obtenção grau de Licenciado em Biologia e Química; Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação. Orientador Prof. Dr. Júlio Cesar Bastos Fernandes.

Conceito:

Data de Aprovação ____/____/____

Prof. Dr. Júlio Cesar Bastos Fernandes

Prof. Dra. Adelaine Michela e Silva Figueira

Prof. Dr. Fábio Rogério Rodrigues dos Santos

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema
Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

S586t Silva, Bruno Gomes da

A teoria pedagógica do estágio supervisionado e a realidade em uma escola básica da cidade de Santarém. / Bruno Gomes da Silva. – Santarém, Pará, 2017.

36fls.: il.

Inclui bibliografias.

Orientador Júlio Cesar Bastos Fernandes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Integrada em Biologia e Química.

1. Química - ensino. 2. Escola básica – Santarém, Pa. 3. Prática de ensino.
I. Fernandes, Júlio Cesar Bastos, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 370.71

Bibliotecário - Documentalista: Eliete Sousa – CRB/2 1101

Dedico este trabalho primeiramente a Deus. Também a minha família: Walter Miller Sousa da Silva, Maria Salete Gomes da Silva, Mayara Gomes da Silva, Victor Gomes da Silva e Isabela Gomes da Silva, minha Namorada Julia de Souza Carvalho e ao ilustre prof. Dr. Júlio Cesar Bastos.

AGRADECIMENTO

A Deus, por ter me concedido saúde, força, coragem e por iluminar meu caminho, mostrando-me a direção certa a seguir, para assim concluir esta etapa da minha vida.

Aos meus pais por sempre estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida e por terem me ajudado nesta caminhada, pelos quais sinto um profundo amor e carinho.

Ao Prof. Dr. Júlio Cesar Bastos pela orientação e apoio durante a realização deste trabalho e pelos ensinamentos e amizade.

A Universidade Federal do Oeste do Pará, pelo crescimento educacional e humano.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Almirante Soares Dutra, pela oportunidade de estágio e, conseqüentemente, realização deste trabalho.

A Profa. MSc. Chieno Suemitsu pelo incentivo à realização deste trabalho desde o princípio.

Aos professores Profa. Dra. Deyanira Fuentes Silva, Prof. Dr. Fábio Rogério Rodrigues dos Santos, Prof. Dr. Carlos Sergio Ferreira e colegas da turma de Licenciatura Integrada de Biologia e Química de 2011 e 2012 pela amizade e aprendizagem.

Aos membros da banca e revisão: Prof. Dra. Adelaine Michela e Silva Figueira e Prof. Dr. Fábio Rogério Rodrigues dos Santos. Obrigada por terem aceitado o convite e pelas importantes contribuições ao trabalho.

E a todos que de alguma maneira contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Se o teu dom é servir, sirva; se é ensinar, ensina; se é encorajar, aja como encorajador; o que contribui, coopere com generosidade; se é exercer liderança, que a ministre com zelo; se é demonstrar misericórdia, que a realize com alegria. O amor é a base dos dons.

(Romanos 12.7,8)

RESUMO

O Estágio Supervisionado se caracteriza como a extensão do aprendizado acadêmico fora dos limites da universidade, que fornece ao licenciando ferramentas teóricas e práticas necessárias para desempenhar suas funções, constituindo-se, assim, como importante fator na construção da personalidade na formação do futuro professor. A presente monografia tem como objetivos relatar como funciona o Estágio Supervisionado e sua relação com a formação do professor, relatar experiência vivenciada na disciplina de Estágio Supervisionado II na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Almirante Soares Dutra, localizada na cidade de Santarém - Pará e sugerir uma proposta de Estágio. A metodologia empregada foi baseada em uma revisão bibliográfica, por meio da utilização de artigos, livros, trabalhos acadêmicos, legislações. Na realização do estágio, que atendeu alunos do período noturno, matriculados no Ensino Regular Médio e EJA (em média 350 estudantes), foi possível vivenciar pontos fortes, como a troca de informações com docente experiente, e pontos fracos, como o curto tempo de aula. Diante disso, propõe-se um estágio, no qual a carga horária permaneceria a mesma, porém, as duas disciplinas - Estágio supervisionado I (Ensino Fundamental) e Estágio Supervisionado II (Ensino Médio), seriam divididas em quatro Estágios Supervisionado, sendo que cada um contemplaria a carga horária de 100 horas, totalizando 400 horas, proporcionando ao estudante o aprendizado de como resolver problemas, favorecendo o entendimento da grande importância que tem o educador na formação pessoal e profissional de seus alunos.

Palavras-Chave: Ensino – química, Escola básica – Santarém, Pa, Prática de ensino.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNE – Conselho Nacional de Educação

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ICED – Instituto de Ciências da Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OIT – Organização Internacional do trabalho

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

PPC – Projeto Político do Curso

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SWOT - Strengths Weaknesses Opportunities Threats

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	11
2.1 Instrução Normativa de Estágio da UFOPA	12
3. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	15
3.1 O estágio e a formação docente.....	16
3.2 Teoria x Prática	17
3.3 Relação Universidade e Escola.....	19
3.4 Professores orientadores	19
4. ANÁLISE DO DIRECIONAMENTO DAS AÇÕES VOLTADAS AOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS NA LICENCIATURA EM BIOLOGIA E QUÍMICA DA UFOPA	20
5. A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA	22
6. RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO.....	23
7. UMA PROPOSTA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	27
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
9. REFERÊNCIAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado nos cursos de Licenciatura é regido pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) é instruído pela normativa 006 (IN 006 de 2010), já no Instituto de Ciências da Educação (ICED) desta universidade é regido pela normativa 01 de 2013. Recentemente a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação (CNE) constituiu a carga horária de 400 horas para estágios supervisionados, sendo uma obrigação curricular e, portanto, deve constar como atividade nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Na graduação de Biologia e Química - Licenciatura Integrada da UFOPA, vinculada ao ICED, ficou estabelecido que o desenvolvimento do estágio deve ser realizado em duas partes: Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II. Os estágios do curso de Biologia e Química compreendem três partes: observação do âmbito escolar e sala de aula, coparticipação e regência (PCNAT 2017).

O estágio poderá ser executado tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, mas além do ensino regular o estágio também pode ser efetuado em turmas de Ensino Profissionalizante de Nível Fundamental e Médio, bem como em turmas do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA). Neste contexto, fica assegurado ao aluno a possibilidade de realizar o estágio nos vários níveis de ensino ou apenas em um nível, conforme sua opção.

Dessa forma, a presente monografia tem como objetivos relatar como funciona o Estágio Supervisionado e sua relação com a formação do professor, relatar experiência vivenciada na disciplina de Estágio Supervisionado II na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Almirante Soares Dutra, localizada na cidade de Santarém - Pará e sugerir uma proposta de Estágio.

A metodologia empregada foi baseada em uma revisão bibliográfica sobre o Estágio Supervisionado no Brasil, por meio da utilização de artigos, livros, trabalhos acadêmicos, legislações. Além disso, as experiências relatadas foram extraídas do relatório de Estágio. Também foi utilizado uma análise SWOT (*Strengths Weaknesses Opportunities Threats*), ferramenta muito empregada por empresas para diagnóstico estratégico do meio em que está inserida, para destacar os pontos

fracos e fortes e, as oportunidades e ameaças vivenciadas no meu Estágio Supervisionado.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A definição de Estágio Supervisionado concretizou-se no Brasil entre 1942 a 1946 e foi associado ao conjunto das Leis Orgânicas do Ensino Profissional. Os estágios supervisionados se constituíram entre teoria e a prática no processo da formação profissional, e encarado como preparação para postos de trabalho, como recomendava a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No Brasil, as mudanças nas concepções de estágio foram modificadas juntamente com as legislações educacionais. Na primeira década do século XX, o Congresso Nacional Brasileiro discutiu novas propostas de leis a favor de um estágio técnico com foco na formação do profissional. Desde a década de 1940, diversas normas legais buscaram regulamentar o estágio no Brasil, como o Decreto-Lei nº 4.073/42, a Portaria nº 1.002/67 do Ministério do Trabalho, o Decreto nº 66.546/70, o Decreto nº 75.778/75, a Lei nº 6.494/77, Decreto nº 87.497/82 e os pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) como mostra o Quadro 1.

No Decreto-Lei nº 4.073, de 1942, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabelecendo as bases de organização e de regime do ensino industrial. Nesta Lei, no Capítulo XI, Artigo 47, fica estabelecido que o estágio poderá ser realizado por alunos em um determinado período de trabalho na competência de uma autoridade docente em consignação com uma indústria.

O estágio escolar só foi instituído em faculdades e escolas técnicas em 1967, quando o Ministério do Trabalho e Previdência Social sancionou a Portaria nº 1.002, onde foi definida a importância do estágio para o aprimoramento do ensino, criando condições favoráveis ao vínculo entre a escola e a empresa, sendo obrigatório na forma de contrato contendo período de duração, carga horária, remuneração e seguros para possíveis acidentes pessoais. Ainda hoje, as empresas não têm a obrigatoriedade de fornecer vinculação empregatícia, encargos sociais e pagamento de férias para o aluno.

No final da década de 1990, o CNE discutiu e apresentou as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais sobre o estágio:

“[...] as questões pertinentes ao Estágio não ficaram marginalizadas, uma vez que ainda no governo FHC sofrem as primeiras intervenções em nível conceitual agregando uma distribuição diferenciada entre prática profissional, atividades complementares e a tentativa de um maior esclarecimento ou busca de aproximação entre o contexto da formação acadêmica, entre o âmbito teórico e o prático, porém somente tomou maiores proporções no governo de Luís Inácio Lula da Silva” (LIMA, 2011, p. 4).

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), regulamenta em seu Artigo 82 “os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição”.

A Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do graduando, regularmente matriculado. O Estágio Supervisionado integra o itinerário formativo do educando e faz parte do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

No quadro 1 é apresentada uma síntese histórica das principais leis que regulamentam os estágios no Brasil até hoje.

2.1 Instrução Normativa de Estágio da UFOPA

A Diretoria do Instituto de Ciências da Educação ICED/UFOPA, no seu Art. 1º fixa as normativas e diretrizes para o Estágio Supervisionado dos cursos de licenciatura do ICED:

Art. 1º. A presente Instrução Normativa fixa diretrizes e normas básicas para o funcionamento do estágio curricular obrigatório dos cursos de Graduação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, em conformidade com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, e com a Instrução Normativa/UFOPA nº 006 de 10 novembro de 2010 (Normativa da UFOPA Nº 01 de 2013).

Em seguida, nos Art. 2º, 3º e 4º, define e classifica os objetivos do Estágio na UFOPA:

Art. 2º. O estágio na UFOPA, por força da legislação vigente, é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo dos discentes. Parágrafo único. O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do discente.

Quadro 1: desenvolvimento histórico dos decretos e leis que regulamentaram os estágios no Brasil.

DECRETO OU LEI	DATA DE VIGÊNCIA	CARACTERÍSTICAS	ESTÁGIO DOCENTE
Lei nº 4.073	30/01/1942	Lei orgânica do ensino industrial	Não contempla
Lei nº 6.494	07/12/1977	Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e supletivo e dá outras providências.	Não contempla
Decreto nº 87.497	18/08/1982	Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências.	Não contempla
Lei nº 8.859	23/03/1994	Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.	Não contempla
Lei nº 9.394	20/12/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Contempla
Lei nº 11.788	25/09/2008	Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	Contempla

Art. 3º. São objetivos do estágio curricular na UFOPA: I - a aprendizagem de competências próprias da atividade profissional por meio de contextualização dos conteúdos curriculares e desenvolvimento de atividades específicas ou associadas à área de formação do estagiário, objetivando o preparo do educando para a vida cidadã e para o trabalho; II - possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho; III - proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas a sua área de formação; IV - desenvolver habilidades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

Art. 4º. O estágio classifica-se em obrigatório e não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da área de ensino e do projeto pedagógico do curso. § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação, para a integralização curricular e para a obtenção de diploma. § 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida carga horária regular e obrigatória. § 3º O estágio não-obrigatório poderá ser admitido como atividade curricular, conforme estiver previsto no projeto pedagógico do curso (Normativa da UFOPA Nº 01 de 2013).

A duração dos Estágios Supervisionados I e II cumpre a carga horária de 400 horas conforme a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002:

Art 5º. A duração do Estágio Supervisionado obedece a legislação do Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, tornando obrigatória uma carga horária de não menos de 400 h (quatrocentas horas) em curso de graduação de licenciatura plena (Normativa da UFOPA Nº 01 de 2013).

Em seus Art. 9º e 10º, redige a escolha do professor orientador e suas atribuições:

Art. 9º. Entende-se por professor orientador de estágio, o docente lotado como professor da disciplina de Estágio em determinado curso.

Art. 10. São atribuições dos professores orientadores de estágio: I. Planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades planejadas para o estágio. II. Registrar a frequência dos discentes estagiários. III. Cumprir a carga horária diária estabelecida para o Estágio Curricular Obrigatório. IV. Apresentar sugestões de melhoria do desenvolvimento do Estágio Curricular Obrigatório. V. Observar as normas e rotinas das instituições em que o estágio for desenvolvido. VI. Orientar e supervisionar a execução das tarefas no plano de trabalho para o estágio (Normativa da UFOPA Nº 01 de 2013).

No Art. 13 redige as atribuições e obrigações aos estagiários:

Art. 13. São obrigações do estagiário: I - cumprir o horário previsto para o estágio; II - conhecer e respeitar as normas administrativas da escola e/ou da instituição onde se realizará o estágio; III - responsabilizar-se pelo material que lhe for confiado durante o estágio; IV - coletar dados e informações sobre a escola e a instituição onde irá atuar; V - assistir ao número de aulas previstas no cronograma e/ou plano de ensino; VI - apresentar ao professor orientador o plano de atividades a serem desenvolvidas durante o estágio conforme orientado; VII - articular-se com o profissional responsável direto pela supervisão do estágio na unidade escolar/instituição, sistema escolar e extra-escolar, acordando horários,

locais e as atividades que serão desenvolvidas; VIII - ministrar aulas e as atividades que lhe forem atribuídas; IX - apresentar o resultado da avaliação das atividades realizadas durante o período de estágio para o professor da turma e/ou responsável; X - participar ativamente da vida da escola durante o período de estágio; XI - comparecer aos encontros destinados à orientação individual e/ou em equipe. XII - comportar-se dentro da ética e moral relativa à sua profissão, respeitando os profissionais da educação que atuam na escola; XIII - manter sigilo quanto a informações confidenciais que por ventura lhe forem feitas e observações em relação à instituição, durante o estágio; XIV - apresentar o relatório de estágio no prazo previsto; (Normativa da UFOPA Nº 01 de 2013).

3. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Um dos primeiros contatos com a escola e com a comunidade, que dela faz parte, se dá a partir da realização do Estágio Supervisionado. Documentos oficiais orientam quanto a sua realização em escola de educação básica e que deverá ser desenvolvido a partir da segunda metade do curso de licenciatura; quanto a carga horária, deverá ser de 400 horas. (Resoluções CNE/CP 1/2002 e 2/2002). Segundo Andrade (2005),

“É, portanto, o Estágio, uma importante parte integradora do currículo, a parte em que o licenciando vai assumir pela primeira vez a sua identidade profissional e sentir na pele o compromisso com o aluno, com sua família, com sua comunidade com a instituição escolar, que representa sua inclusão civilizatória, com a produção conjunta de significados em sala de aula, com a democracia, com o sentido de profissionalismo que implique competência - fazer bem o que lhe compete” (p. 2).

Para uma melhor compreensão das disciplinas práticas de ensino e Estágio Supervisionado, faz-se necessário observar a concepção pedagógica que possivelmente esteve implícita ao se formar professores e capacitá-los por meio de atividades práticas.

Pimenta (2010) chama de “atividade teórica”, em que a atividade remete à ação, ressaltando o caráter indissociável entre teoria e prática que o estágio precisa assumir. Esta prática formativa deve, ainda, dar condições para que o futuro professor entenda a docência como profissão que se realiza em espaço e tempo específicos.

Veiga (2002) destaca duas perspectivas da formação de professores: a de tecnólogo do ensino e a do professor como agente social. Com base nisso, a autora afirma:

A formação do professor desenvolve-se na perspectiva de uma educação crítica e emancipadora, o que requer:

- a) Construção e domínio sólidos dos saberes da docência identificados por Tardif (et al. (1991) quais sejam: saberes disciplinares e curriculares, saber da formação pedagógica, saber da experiência profissional e dos saberes da cultura e do mundo vivido na prática social. [...]
- b) Unicidade entre teoria e prática. [...]
- c) Ação coletiva, integrando todo o pessoal que atua na escola bem como todos os processos que contribuem para a melhoria do trabalho pedagógico. [...]
- d) A autonomia [...] entendida como processo coletivo e solidário de busca e construção permanentes.
- e) A explicitação da dimensão sociopolítica da educação e da escola [...]. (p.83-85).

Para Barreiro e Gebran (2006):

“O estágio curricular pode se constituir no locus de reflexão e formação da identidade ao proporcionar embates no decorrer das ações vivenciadas pelos alunos, desenvolvidas numa perspectiva reflexiva e crítica, desde que efetivado com essa finalidade. O processo curricular não pode ser unilateral, ele demanda proposições reflexivas do curso formador, dos docentes e dos alunos. Dessa forma, a identidade que o curso pretende legitimar deverá ser explícita nos paradigmas formativos e vivenciada na prática formativa. Isso exige um exercício constante de reflexão a respeito da problemática relação entre teoria e prática e na busca de alternativas para equacioná-la”.

3.1 O estágio e a formação docente

O Estágio na licenciatura tem sido objeto de pesquisas, no entanto, estudos ainda são limitados que investigam os assuntos sociais diretamente envolvidos no processo de formação inicial. O Estágio Supervisionado fornece ao licenciando ferramentas teóricas e práticas necessárias para desempenhar suas funções. O objetivo deste exercício é se beneficiar da experiência e promover o desenvolvimento, no campo profissional, dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso nas instituições de ensino superior, bem como promover, por meio de diversos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural dos acadêmicos, futuros professores.

Desta forma, a importância atribuída aos estágios é evidente, uma vez que o uso da teoria na prática leva a uma melhor compreensão do processo de ensino aprendizagem. Para Pimenta (2002), o estágio fornece conhecimento e reflexão sobre a realidade do ensino, contribuindo para a qualificação do futuro professor.

De acordo com Cortesão (2002), os docentes universitários são como espelhos de seus antigos professores, agindo e ensinando da mesma forma que

foram ensinados, resultando em uma transmissão de conhecimento mais ou menos eficiente e uma socialização idêntica àquela de que eles próprios foram objetos.

Quando se trata de formação, Imbernón (2006) também afirma que:

A formação também servirá de estímulo crítico ao constatar as enormes contradições da profissão e ao tentar trazer elementos para superar as situações perpetuadoras que se arrastam há tanto tempo: a alienação profissional – por estar sujeito a pessoas que não participam da ação profissional -, as condições de trabalho, a estrutura hierárquica, etc. E isso implica, mediante a ruptura de tradições, inércia e ideologias impostas, formar o professor na mudança por meio do desenvolvimento de capacidades reflexivas em grupo, e abrir caminho para a verdadeira autonomia profissional compartilhada, já que a profissão docente deve compartilhar o conhecimento com o contexto. Isso implica uma mudança nos posicionamentos e nas relações com os profissionais, já que isolados eles se tornam mais vulneráveis ao entorno político, econômico e social (p.15).

O professor hoje precisa estar ciente de que é uma parte do conjunto que se chama educação e como informação, as tecnologias evoluem, a educação também deve continuar a evoluir e modernizar. Para isso, o professor deve seguir esta evolução e fazer parte da inovação e transformação da escola, porque o mesmo está inserido no contexto e na vida da instituição.

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão, da revisão constante dos significados sociais da profissão, da revisão das tradições. Mas a reafirmação de práticas consagradas culturalmente é que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque estão piores de saberes válidos para as necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se também pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente em seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem sua vida o ser professor. Assim, como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos (PIMENTA; LIMA, 2008, p.67).

3.2 Teoria x Prática

A atividade teórico-prática do ensinar compõe o núcleo do trabalho do professor. Isso, por sua vez, é objeto de investigação da didática. Com isso, o papel do Estágio Supervisionado é de fundamental importância na construção da personalidade na formação do futuro professor.

A formação inicial dos futuros professores deve ser planejada de modo que os mesmos possam adquirir as competências necessárias ao bom desempenho profissional. Desta maneira, a mesma não deve consistir em um treinamento de técnicas e métodos, e sim, na ajuda aos futuros professores no seu desenvolvimento e autonomia profissional (DANIEL, 2009, P.77).

Existe uma compreensão acerca do estágio curricular como um conjunto de atividades que os alunos deverão realizar durante o curso, ao lado do futuro campo de trabalho sendo denominado como a parte prática do curso em oposição às outras disciplinas, consideradas teóricas (PIMENTA, 2001).

Freitas (2006) defende a necessidade de coerência entre a direção da prática dirigida pelos educadores e sua formação teórica,

A formação do professor é preferencialmente vista como algo prático. O conceito de "prática social" tende a ser reduzido ao conceito de "problemas concretos", e os últimos orientam a formação do educador. Com isso, a formação teórica do educador corre sérios riscos. É importante salientar que muitos de nós colaboramos com essa visão, quando simplesmente propomos uma inversão de ênfase no currículo de formação do professor, defendendo o predomínio da "prática". Em nossa opinião, não se trata de inverter o estado atual – mais teoria, pouca prática – para outro que se caracterize por muita prática e pouca teoria (p. 95-96).

Para Pimenta e Lima (2004), é necessário compreender o conceito de prática e teoria a partir do conceito de práxis, "que aponta para o desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade". O ponto é que o estágio, como prática, é um elemento essencial da formação profissional, porque concretiza a relação "teoria e prática".

A Nova LDB, Lei 9394/96, destacada no Título VI – "Dos profissionais da educação". Essa Lei faz menção aos estágios no Art. 61:

A formação de profissionalização da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Posteriormente com a aprovação da Resolução CNE/CP n. 1/2002 e Resolução n. 2/2002,

Art. 12. Os cursos de formação de professores em nível superior terão a sua duração definida pelo Conselho Pleno, em parecer e resolução específica sobre sua carga horária. § 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso. § 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor. § 3º No interior das áreas ou das disciplinas que constituem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática (RESOLUÇÃO CNE/CP n. 1/2002).

3.3 Relação Universidade e Escola

Como já discutido anteriormente, deve-se existir uma relação de mão-dupla entre Universidade e Escola, porém, o que se percebe em muitas universidades é a falta dessa parceria. Por outro lado, a escola só realiza a função de deixar o estagiário cumprir suas atividades de estágio sem nenhum acompanhamento de um pedagogo ou técnico da mesma. Com base nessas problemáticas, Daniel (2009) sugere a implantação de um convênio oficial entre escola e universidade:

É necessário que esses projetos sejam implementados de forma oficial, por meio de convênios e acordos entre escolas e instituições formadoras, a fim de visar um processo de mútua colaboração (tanto as escolas e seus professores qualificam a formação dos futuros professores, quanto à universidade contribui para a qualificação das escolas, seus projetos e professores) (p.96).

Contudo, Daniel (2009) ressalta a dificuldade de haver essa parceria de docentes de instituições superiores com os professores da rede básica de ensino:

[...], não é tão simples viabilizar projetos formativos em parceria com escolas, já que implica o enfrentamento de questões organizacionais historicamente enraizadas, além de embates políticos e alterações de concepções e práticas educativas, seja por parte dos professores universitários, seja dos professores da educação básica e, sobretudo, de seus dirigentes (p.96).

Podemos perceber evidentemente esse vínculo, onde o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, do Governo Federal, está implantado na escola. Pois o mesmo, é um programa de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica, vinculado a Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB – da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Diante disso, o programa surgiu como uma possibilidade no sentido de contribuir para uma melhor interação entre licenciandos, professores, escola e universidade, portanto, essa interação é repassada para o período de Estágio Supervisionado, futuramente a ser realizado pelo licenciando.

3.4 Professores orientadores

Um agente muito importante no auxílio de processo de ensino-aprendizagem do estagiário, é o professor orientador. Pois, cabe a ele fornecer inicialmente todas as informações de como chegar ao local do estágio e antes também de dar todo o suporte teórico aos discentes. Contudo, a escolha do professor orientador é de

fundamental importância, pois o mesmo deve estar situado das problemáticas e carências do ensino básico, estar ciente de futuras burocracias contratuais de vínculos e a realidade atual das escolas.

Ou seja, cada vez mais se concretiza a ideia de que, a universidade é sim responsável pela formação, através da figura do professor orientador que na maioria das vezes, conhece muito pouco ou desconhece a realidade escolar, exatamente por não estar inserido nela, vivenciando o seu dia a dia da sala de aula (DANIEL, 2009, p.103).

A atividade com o Estágio Supervisionado não pode ser considerada exclusiva responsabilidade do professor orientador, mas:

[...] A rede de relações se estende ainda para os locais onde os estagiários atuarão, de forma que não seja apenas o professor orientador de estágio o responsável pelo trabalho de unidade entre teoria e prática. (LIMA, 2004, p. 61).

A supervisão fornecida pelo orientador do Estágio Supervisionado deve ser sistematizada desde o planejamento das aulas até sua execução, e em todas as fases do estágio, fazendo avaliações e adequações necessárias do ensino a realidade escolar. Chagas (1976) ressalta a importância do acompanhamento pelo professor orientador:

O professor-orientador, por exemplo, assistirá o candidato no planejamento do ensino a ministrar na escola da comunidade onde tenha de atuar dando-lhe as orientações necessárias à execução do programa assim elaborado. Em seguida, acompanhará essa execução oral diretamente, em visitas dispostas com oportunidade, ora de forma indireta, ligando-se em especial ao titular da respectiva disciplina ou área de estudo naquela escola (p.90).

4. ANÁLISE DO DIRECIONAMENTO DAS AÇÕES VOLTADAS AOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS NA LICENCIATURA EM BIOLOGIA E QUÍMICA DA UFOPA

O curso de Biologia e Química - Licenciatura Integrada foi reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) em 12/12/2007, conforme a PORTARIA Nº 40/MEC, Art. 63, § 1º. É oferecido nos períodos matutino e vespertino. Conforme seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC), possui uma organização curricular que visa proporcionar uma formação profissional sólida, buscando harmonizar tempo para que seus alunos realizem pesquisas, leituras e participem de eventos, entre outras atividades, além de estipular que os acadêmicos devem desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para que possam encerrar as atividades da graduação.

O Estágio Supervisionado da Licenciatura Integrada em Biologia e Química, só deverão ser realizadas após a conclusão das disciplinas de Prática de Ensino de Ciências I e II, Prática de Ensino de Química I e II como pré-requisito obrigatório, seguindo orientações da Instrução Normativa nº 006 de 10 de novembro de 2010 - Reitoria/UFOPA e da Instrução Normativa nº 01 de 12 de setembro de 2013 ICED/UFOPA, já descritas anteriormente. A carga horária de Estágio Supervisionado para a formação do Licenciado é de 400 horas, divididos em Estágio Supervisionado I, que contempla a formação do docente para atuar no Ensino Fundamental Básico de Educação, e Estágio Supervisionado II, para atuar no Ensino Médio Básico de Educação.

Compõe para ambos, Estágio Supervisionado I e II, três etapas:

Etapa 01. Observação: após a preparação de 30hs para o estágio composta de leituras e discussões sobre ensino-educação e ensino-aprendizagem, conteúdos e metodologias, o estagiário deverá ser apresentado a escola, onde será definido a programação de estágio segundo conveniência da escola receptora, portanto, iniciando o estágio com práticas de observação. Prevê-se a prática de observação a reflexão organizado em temas em que poderão desenvolver entrevistas e aplicação de questionários. Os resultados deverão ser discutidos e compartilhados com os demais colegas do curso e na escola onde estagia.

Etapa 02. Coparticipação: nesta etapa, compreendido as características escolares e do ambiente de ensino-aprendizagem, o estagiário deverá participar das atividades de preparação, avaliação ou monitorar as aulas sob comando do professor receptor supervisor da escola, um ou mais professores de biologia ou de química.

Etapa 03. Regência: o estagiário já familiarizado com as práticas de ensino aprendizagem e com o cotidiano escolar, poderá reger uma aula de sua própria construção e elaboração, para colocar em prática sua própria estratégia de ensino. Esta aula deve ser assistida e avaliada pelo professor orientador.

A distribuição das atividades segue um roteiro abaixo discriminado para cada Estágio Supervisionado, conforme quadro 2:

Quadro 2: Distribuição da carga horária do Estágio Supervisionado.

Atividade	C.H.	Local
Sala de aula UFOPA: Aula/Orientação/Atividades/ Debates	40 h	Universidade
Preparação para estágio	20 h	Universidade/Escola
Observação do âmbito escolar	10 h	Escola
Relatórios reflexivos	10h	Universidade
Observação em Sala de aula	50 h	Escola
Relatórios diários reflexivos	10h	Universidade/escola
Coparticipação na Docência	30 h	Escola
Preparação da Regência para aula	20 h	Universidade/Escola
Regência em sala de aula	10 h	Escola
Total	200 h	

Os resultados do estágio serão apresentados por meio de registros formais das vivências na escola na forma de diários reflexivos contextualizados, Planos de aula e planejamento do processo ensino-aprendizagem, bem como relatórios finais e diários de classe.

5. A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA

Com o surgimento da Licenciatura no Brasil, também surge a necessidade de estudos e discussões sobre a importância da formação profissional de professores de qualidade. Para atingir esse objetivo, os Estágios Supervisionados permitem a inserção do licenciando em seu futuro ambiente de trabalho e é compreendido como um momento oportuno para o ingresso do licenciando no contexto escolar, possibilitando sua formação, o desenvolvimento do conhecimento e a promoção de diferentes abordagens e métodos de ensino em parceria com docentes efetivos da Educação Básica.

Como o Estágio Supervisionado integra a regência, o licenciando buscará cumprir os objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, BRASIL, 1999) e Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, BRASIL, 2002). A observação juntamente com a reflexão gerada pelo licenciando permitirá conhecer a realidade da educação brasileira em relação ao ensino de Química e, com isto:

O objetivo primeiro da formação de professores não deve ser apenas o de ensinar os alunos e professoras a ensinar, e sim ensinar-lhes a continuar aprendendo em contextos escolares diversos. Isso inclui refletir sobre a prática pedagógica, compreender os problemas de ensino, analisar os currículos escolares, reconhecer a influência dos materiais didáticos nas escolhas pedagógicas, socializar as construções e trocas de experiências de modo a avançar em direção a novas aprendizagens, num constante exercício de uma prática reflexiva, colaborativa e coletiva (BOLZAN, 2007, p. 112).

Segundo Schnertzler e Santos (2000), “A relação entre o ensino de química e a formação da cidadania está vinculada aos fins da educação básica, bem como à influência da química na sociedade tecnológica moderna”. Ou seja, o ensino de química na escola não deve se reduzir à exposição dos resultados do processo de fazer ciência que os homens vêm produzindo há milênios, de forma descontextualizada, desconjuntada e dogmaticamente concebido, mas sim, de forma que venha ultrapassar esses resultados, contextualizar as descobertas e produzir vivências que os transportem a origem dos problemas que geraram conhecimentos.

Desta forma, os PCN`s (Parâmetro Curricular Nacional, 1999) destacam:

O aprendizado de Química pelos alunos de Ensino Médio implica que eles compreendem as transformações químicas que ocorrem no mundo físico de forma abrangente e integrada e assim possam julgar com fundamentos as informações advindas da tradição cultural, da mídia e da própria escola e tomar decisões autonomamente, enquanto indivíduos e cidadãos.

6. RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO

O presente estágio foi realizado no ano de 2016 na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Almirante Soares Dutra, localizada no município de Santarém, para contemplar o Estágio Supervisionado II. No estágio atendeu-se alunos do período noturno, matriculados no Ensino Regular Médio e EJA, totalizando-se em média 350 estudantes.

Em primeira instância, passamos por um período de orientação e debates com o professor coordenador e/ou orientador da disciplina do estágio, que contemplou as atribuições referente ao Art. 10, das Normativas e Diretrizes para o Estágio Supervisionado dos cursos de licenciatura do ICED. Posteriormente, foi realizado um convênio oficial entre a universidade com a escola, para o período de realização do estágio (Daniel, 2009).

Logo, realizou-se a fase de observação do âmbito escolar. A escola está localizada próximo ao campus Rondon/UFOPA, e contempla o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) Ensino Médio (1º ao 3º ano) e EJA (1º e 2º EJA) nos três turnos, sendo que o EJA é realizado apenas no período noturno.

A escola conta com 10 salas, com dimensões de 5 x 6 metros, devidamente equipadas com carteiras, quadro branco, ventiladores e lâmpadas, das quais, apenas duas salas climatizadas, das quais são destinadas aos alunos concluintes. A mesma possui biblioteca, laboratório multidisciplinar, laboratório de informática, reprografia, sala de música e rádio escolar. Contudo, no período de realização do estágio, os mesmos não foram usufruídos pelos estudantes e professores, exceto a reprografia e sala de música. A biblioteca encontrava-se em estado de abandono, onde os livros velhos estavam empilhados desordenadamente e empoeirados, e os computadores da sala de informática não estavam em condições de uso, devido à falta de manutenção. Ao finalizar o estágio, grande parte dos computadores se encontravam jogados fora do laboratório em contato com chuva e sol.

Existe uma quadra poliesportiva com arquibancada e não coberta. Porém, iniciaram-se obras de construção da cobertura pelo Governo do Estado no ano de 2014. Contudo, até o presente momento, apenas as fundações das colunas foram construídas. Na frente da escola, encontra-se um outdoor informativo da construção da cobertura no prazo de 90 dias para a entrega e custo total de aproximadamente 220 mil reais. As obras paradas na escola preocupam professores e alunos, onde o serviço que deveria construir a cobertura do local até o ano de 2014, acabou parando na base de concreto e o problema se arrasta há anos sem que haja uma solução. Assim, as aulas de educação física são canceladas porque a quadra não tem cobertura para proteção da chuva e em dias de sol, os alunos enfrentam as altas temperaturas locais, podendo sofrer eventuais problemas de saúde e acidentes.

O Laboratório Multidisciplinar é adequado para ministração de aulas práticas das disciplinas de Química, Física e Biologia. O mesmo está equipado com materiais e reagentes. Porém, como observado, grande parte dos frascos e vidros de reagentes encontram-se vencidos e lacrados e alguns equipamentos eletrônicos, como balanças e termômetros eletrônicos, estavam quebrados e

corroídos pelo tempo. Apenas algumas atividades são realizadas com os alunos, principalmente na disciplina de biologia.

Na fase de observação em sala de aula, pôde-se notar que a metade das salas, que são do Ensino Regular, eram superlotadas (45 alunos), sendo que uma delas, a primeira fileira de alunos ficava muito próxima ao quadro, dificultando a locomoção do professor. Como observado, é inviável realizar quaisquer atividades práticas e dinâmicas em sala com essas turmas. Por outro lado, também fica inacessível a realização de atividades práticas no laboratório multidisciplinar, pois, o mesmo tem a capacidade reduzida de alunos, cerca de 15 estudantes. Não é fácil compreender a não utilização de um espaço tão importante para o aperfeiçoamento do conhecimento, pois poucas escolas do Brasil são contempladas com laboratórios multidisciplinares. Cabe ao professor reformular seu planejamento escolar e conciliar teoria em sala de aula com a prática nos laboratórios.

Com base nessas limitações, os professores da escola justificaram o não uso do laboratório multidisciplinar, a biblioteca e a sala de informática pelos estudantes. Ou seja, o professor fica limitado em apenas realizar aulas teóricas e os alunos a buscar outros meios de realizar pesquisas e estudos. Mas, essa realidade não justifica o desuso recorrente do laboratório multidisciplinar, principalmente pelos docentes de exatas e biológicas. Quando perguntei ao professor do porquê ele não realizava aulas no laboratório, ele citou: “A maioria das turmas são compostas por mais de 30 alunos e o tempo de hora-aula de 40 minutos fica inviável tal realização”. (O estado não oferece estrutura a escola não fornece a infraestrutura e o professor fica limitado a dar aula tradicional). Essas situações são muito comuns na Rede Pública de Ensino, e são uma das grandes barreiras de se ensinar química aos estudantes.

Outra limitação observada nas aulas, é o uso de apostilas e xerox pelo professor. O mesmo não utilizava livros didáticos, devido a maioria dos alunos não ter sido contemplados com o livro. Outra justificativa de não se usar o material didático, pelo fato de existirem muitos erros conceituais. Portanto, utiliza-se apostilas elaboradas por ele mesmo e xerox de outros livros. A justificativa era que como o tempo de hora-aula era curto, ficava inviável dele copiar no quadro e os alunos repassarem para o caderno, e como as turmas do período noturno não

havia recebido os livros. Com o uso dessas ferramentas, observou-se um melhor aproveitamento do tempo de aula. Creio que poderia ser aplicado outros métodos de ensino sem o uso de apostilas, que nada mais do que repassar conteúdo em massa para o aluno. Portanto, é necessário que o professor capacite o estudante para entender as limitações das apostilas, fazendo o que enxergue além das fórmulas prontas e aprenda a refletir com profundidade. E para isso é preciso investir mais em outros métodos e ir às fontes das informações.

O processo de observação é de alta relevância para a elaboração e execução da regência e, proporciona uma visão mais ampla na prática da futura profissão. Infelizmente, debates e discussões sobre as observações realizadas no âmbito da escola foram limitados durante a disciplina de Estágio Supervisionado II.

Na fase de coparticipação, atuei apenas nas atividades de avaliação e monitoramento das aulas, porém, não colaborei na preparação das aulas do professor, uma vez que estas já estavam elaboradas. A etapa de avaliação se limitou a correção de exames dissertativas antecedentes a minha entrada no estágio. Contudo, seria mais proveitoso para o estagiário docente participar da elaboração do exame, pois, o conhecimento do graduando é subjetivo ao do professor que ministrou as aulas e formulou a prova.

Antecedendo a fase da regência, o professor da escola deu livre-arbítrio na sua execução, porém, deveria seguir o seu cronograma de conteúdo da disciplina. Com base nessas orientações, optei em dar continuidade no assunto já ministrado pelo professor, também com o uso de apostilas adaptadas e não executei atividades práticas. Essas adequações foram elegidas pelo fato de algumas turmas apenas terem 1 tempo de aula, aproximadamente 40 minutos antes do intervalo, e após o intervalo, apenas 35 minutos por aula. E como a maioria das turmas são compostas em média por 30 a 40 alunos, ficaria difícil realizar quaisquer atividades práticas em laboratório. Contudo, em cada aula adotei práticas aprendidas no PIBID e o Clube de Ciências – UFOPA. Cada tópico foi contextualizado e adotei a teoria de aprendizagem por descoberta, baseando-se na Teoria de Ensino de Jerome Bruner (1966). Os alunos eram questionados sobre o tema, fazendo com que toda a turma participasse e contribuísse para a construção do seu próprio conhecimento.

Infelizmente, não tive dados para comprovar se houve êxito nesse modelo de ensino, contudo, a turma aprovou essa estratégia.

Durante o período de Estágio Supervisionado, observei problemas e oportunidades para minha futura atuação como educador. Com base nisso, o Quadro 3 destaca esses pontos.

Quadro 3: Análise SWOT.

	Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
Internas	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar realidade no mundo escolar; • Motivação e incentivo para a docência; • Troca de informações com docente experiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo de supervisão insuficiente; • Período intensivo de estágio; • Não remunerado; • Tempo de execução insuficiente na regência para realizar atividades práticas.
Externas	Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
	<ul style="list-style-type: none"> • Reformular o formato do conteúdo; • Reformular didática. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo curto de aula; • Poucas aulas na semana; • Desmotivação dos demais docentes.

Dentre o que foi exposto é claro que a jornada reduzida é uma séria ameaça para contemplar o conteúdo de Química sugerido pelo PCN. Isto demonstra que o planejamento de aula é de fundamental importância para que se atinja êxito no processo de ensino-aprendizagem. A sua ausência pode ter como consequência, aulas monótonas e desorganizadas, desencadeando o desinteresse dos alunos pelo conteúdo e tornando as aulas desestimulantes. Entretanto, na realidade do dia a dia do professor, sabemos que o excesso de atribuição de carga horária em sala de aula, as mínimas horas-atividade que os docentes têm para preparar suas aulas, corrigir trabalhos e provas, os longos deslocamentos de uma escola a outra a que muitos deles têm de se submeter para cumprir sua carga horária semanal (entre outros fatores) não contribuem para que o professor faça o planejamento de suas aulas.

7. UMA PROPOSTA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Um dos pontos críticos é a carga horária de estágio distribuída em 2 semestres apenas, o que contribui para ser muito intensiva (Quadro 3). Outras

Universidades Federais adotam diferentes modelos de distribuição da carga horária e quantidades de disciplinas de estágio, como descrito no PPC do curso de Licenciatura Plena em Física da Universidade Federal do Pará (UFPA 2009). O estágio é distribuído em quatro disciplinas ao longo do curso, totalizando de 400 horas. O estagiário só poderá realizar o estágio após concluir as disciplinas de prática de ensino.

Com base na nova proposta de Estágio Supervisionado, a carga horária permaneceria a mesma, porém, as duas disciplinas - Estágio supervisionado I (Ensino Fundamental) e Estágio Supervisionado II (Ensino Médio), seriam divididas em quatro Estágios Supervisionado, sendo que cada um contemplaria a carga horária de 100 horas, totalizando 400 horas.

Quadro 4: Distribuição das fases nas disciplinas de estágio.

DISCIPLINAS	ENSINO	
	FUNDAMENTAL	MÉDIO
ESTÁGIO SUPERVISANDO I e III	5º SEMESTRE*	7º SEMESTRE**
ESTÁGIO SUPERVISANDO II e IV	6º SEMESTRE*	8º SEMESTRE**

* Fase de observação: 5º e 7º semestre curricular.

** Fase de coparticipação e regência: 6º e 8º semestre curricular.

Nos Estágios Supervisionados I e III, que contempla respectivamente o Ensino Fundamental e Médio, se dividiriam nas seguintes etapas: estabelecimento de contato e vinculação com a escola e professor supervisor; fase de observação do âmbito escolar; estudo e análise crítica do projeto pedagógico da escola; observação reflexiva da dinâmica de sala de aula e método de ensino-aprendizagem; análise do livro didático utilizado na escola; realizar encontros periódicos com o professor orientador e elaboração de relatório parcial. Os Estágios, com 100 horas de duração cada, terão como objetivo a análise reflexiva da prática, por meio de observação participante em salas de aula de Ciências (Ensino Fundamental) e de Química (Ensino Médio), considerando princípios e critérios usados pelos professores supervisores na seleção e organização dos conteúdos adotados. É importante que os estagiários analisem o uso de estratégias para atender às diferenças individuais de aprendizagem dos alunos.

Os Estágios Supervisionados II e IV seriam a continuação dos anteriores, sendo divididos em: coparticipação em que o estagiário irá participar diretamente das atividades do professor supervisor como elaboração de plano de aula, exames e microprojetos; fase de regência para ministrar aulas sob acompanhamento do professor supervisor e orientador do estágio. Elaboração de relatório final. Para os Estágios II e IV, com 100 horas de duração cada, o estagiário terá como objetivos a preparação de ações de regência em salas de aula de Ciências (Ensino Fundamental) e de Química (Ensino Médio), e atividades de Coparticipação por meio de oficinas, projetos e atividades oferecidas nas escolas aos alunos que pertençam a esse nível de ensino. Para tanto, o estagiário deve elaborar e implementar um projeto de trabalho e/ou sequência didática referente a um dado conteúdo do professor supervisor. Quanto ao desenvolvimento em sala de aula, do trabalho planejado, o mesmo deverá ter especial apoio do professor orientador e do professor supervisor da escola.

A partir do Estágio Supervisionado III, caso o graduando mude de escola e/ou professor supervisor terá que refazer as etapas descritas no Estágio Supervisionado I.

A proposta acima deve ser realizada a partir do quinto semestre do currículo acadêmico, como citado no Quadro 4.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação brasileira, ao definir inicialmente o estágio, sofreu diversas mudanças e atualizações a partir do interesse das empresas e escolas, proporcionando o alargamento do seu conceito, possibilitando ao futuro profissional uma experiência prática para atuar no mercado de trabalho.

A atual Lei de Estágio (Lei 11.788/08) coloca em evidência a necessidade de focar-se no interesse pedagógico da escola, inserindo o estágio como componente curricular obrigatório.

De qualquer forma, o Estágio Supervisionado é um relacionamento bidirecional entre os sistemas educacionais. A escola dispõe um ambiente de trabalho para o estagiário, permitindo-lhe a vivência da realidade do meio escolar

e em troca, recebe contribuições, através de projetos de pesquisas e pedagógicas, avaliações de âmbito escolar e de sala de aula, visões de ensino mais contemporâneas, entre outras.

O Estágio Supervisionado é muito importante para a aquisição da prática profissional, pois durante esse período o aluno pode colocar em prática todo o conhecimento teórico que adquiriu durante a graduação. Além disso, o licenciando aprende a lidar com futuros desafios e passa a entender a grande importância que tem o educador na formação pessoal de seus alunos.

9. REFERÊNCIAS

_____. Decreto nº 66.546, de 11 de maio de 1970. Institui a Coordenação do “Projeto Integração”, destinada à implementação de programa de estágios práticos para estudantes do sistema de ensino superior de áreas prioritárias, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 maio 1970.

_____. Decreto nº 75.778, de 26 de maio de 1975. Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau, no Serviço Público Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 maio 1975.

_____. Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 ago. 1982.

_____. Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm>. Acessado em 12 de julho de 2017.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acessado em 12 de julho de 2017.

_____. Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6494.htm>. Acessado em 12 de julho de 2017.

_____. Portaria nº 1.002, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de 29 de setembro de 1967. Institui nas empresas a categoria de estagiário e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 1967.

_____. Resolução CNE/CP 2/2015. **Diário Oficial da União, Brasília**, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.

ANDRADE, Arnon Mascarenhas de Andrade. **O Estágio Supervisionado e a Práxis Docente**. In: SILVA, Maria Lucia Santos Ferreira da. (Org.). Estágio

Curricular: Contribuições para o Redimensionamento de sua Prática. Natal: EdUFRN, 2005.

BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BIANCHI, Anna Cecília M.; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. (2003) **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 3º ed. São Paulo: pioneira Thomson Learning.

BOLZAN, Dóris P. V. A construção do conhecimento pedagógico compartilhado na formação de professores. In FREITAS, Deisi S. (org.). Ações educativas e estágios curriculares supervisionados. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

BRASIL 2002, Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura- MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/Semtec, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1999.

BRASIL. Conselho nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 01/2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: 2002.

BRASIL. Conselho nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 02/2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília: 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96. Brasília. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>.

BRUNER, J. (1966). **Toward a Theory of instruction**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press (tradução portuguesa " Uma nova teoria da aprendizagem". Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975).

CABRAL, V.L.A; ANGELO, C.B. **Reflexões sobre a Importância do Estágio Supervisionado na Prática Docente**. Pernambuco, nov. 2010.

CARVALHO, Irene, Mello. **O processo didático**, 6º ed. Editora FGV, 1987.

DANIEL, L. A. **O professor regente, o professor orientador e os estagiários supervisionados na formação inicial de futuros professores de letras**. Dissertação – UNIMEP. Piracicaba, São Paulo, 2009.

FREITAS, L. C. de. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, N. (org.). Formação de professores: Pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 2006.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006, de 10 de novembro de 2010 - Dispõe sobre o estágio de estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA. Disponível: <<http://www.ufopa.edu.br/institucional/Documentos/arquivo/proen-cursos-portarias-ppcs/INSTRUONORMATIVAN006EstgiodeEstudantes.pdf>>. Acessado em 13 de julho de 2017.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, de 12 de setembro de 2013. Dispõe sobre o estágio curricular obrigatório dos estudantes do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA.

JANUÁRIO, E. O Estágio supervisionado e suas contribuições para a prática pedagógica do professor. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA E INVESTIGAÇÕES DE/EM AULAS DE MATEMÁTICA, 2, 2008, Campinas. **Anais: II SHIAM**. Campinas: GPS/FE - Unicamp; 2008. V. Único. P.1-8.

NASCIMENTO, Silvânia Sousa VENTURA, Paulo Cesar. **Física e Química: uma avaliação do ensino**. Presença Pedagógica, v. 9, n. 49. 2003.

Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

PCNAT 2017. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Integrada em Biologia e Química do Programa de Ciências Naturais. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/arquivo/proen-cursos-portarias-ppcs/PPCLIBQUFOPA262017.pdf>>. Acessado em 30 de junho de 2017.

PERELLÓ, Jorge Solivellas. **Pedagogia do Estágio**. Belo Horizonte, Editora PUC Minas/CIEE/MG 1998.

PILETTI, Cláudio. **Didática geral**. 23ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: Unidade teoria e prática?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTA, Selma. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática?** São Paulo: Cortez, 2004.

SCHNETZLER, Roseli Pacheco; SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. **Educação em química: comprometimento com a cidadania**. 2. Ed. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2000.

TARDIFF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UFPA 2009. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Física à Distância da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <

http://www.aedi.ufpa.br/eadfisica/arquivos/projeto_pedagogico.pdf>. Acessado em 30 de agosto de 2017.

VEIGA, I.P.A. **Professor: Tecnólogo do ensino ou agente social?** In: VEIGA, I.P.A.; AMARAL, A.L. (Orgs.). Formação de Professores: políticas e debates. Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2002.